



A LINGUAGEM DO OUTRO: SUBJETIVIDADE E POLÍTICA NO DESLOCAMENTO MIGRANTE

LA LENGUAJE DEL OTRO: SUBJETIVIDAD Y POLÍTICA EN EL DESPLAZAMIENTO MIGRANTE

THE LANGUAGE OF THE OTHER: SUBJECTIVITY AND POLITICS IN MIGRANT DISPLACEMENT

Gabriel Azevedo Daher Chaves¹

RESUMO: Este artigo explora a apropriação de uma nova língua e seus impactos subjetivos no processo migratório, sob a ótica da psicanálise lacaniana. A migração é analisada como um fenômeno que evidencia a violência simbólica e a “perda dupla” enfrentada pelos migrantes, envolvendo tanto o deslocamento territorial quanto a ruptura com a língua de origem. Nesse contexto, a inserção em um novo campo linguístico pode abrir espaço para processos de ressignificação, nos quais a fragilização dos significantes de origem possibilita novas formas de subjetivação. O texto discute a alienação e a possibilidade de separação no campo do Outro, destacando a centralidade da língua na reestruturação subjetiva e compreendendo o bilinguismo como uma experiência de assimetria e reinscrição simbólica. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, baseada na revisão de literatura psicanalítica e sociológica, articulando os conceitos de desamparo, linguagem, subjetividade e violência simbólica. **PALAVRAS-CHAVE:** Migração; Psicanálise; Linguagem; Subjetividade; Cultura.

RESUMEN: Este artículo explora la apropiación de una nueva lengua y sus impactos subjetivos en el proceso migratorio, desde la perspectiva del psicoanálisis de orientación lacaniana. La migración se analiza como un fenómeno que pone en evidencia la violencia simbólica y la “doble pérdida” experimentada por los migrantes, que implica tanto el desplazamiento territorial como la ruptura con la lengua de origen. En este contexto, la inserción en un nuevo campo lingüístico puede abrir espacio para procesos de resignificación, en los que la fragilización de los significantes de origen posibilita nuevas formas de subjetivación. El texto aborda la alienación y la posibilidad de separación en el campo del Otro, destacando la centralidad de la lengua en la reestructuración subjetiva y comprendiendo el bilingüismo como una experiencia de asimetría y reinscripción simbólica. Se trata de una investigación cualitativa, basada en la revisión de literatura psicoanalítica y sociológica, articulando los conceptos de desamparo, lenguaje, subjetividad y violencia simbólica. **PALABRAS CLAVE:** Migración; Psicoanálisis; Lenguaje; Subjetividad; Cultura.

ABSTRACT: This article explores the appropriation of a new language and its subjective impacts within the migratory process, from a Lacanian psychoanalytic perspective. Migration is analyzed as a phenomenon that reveals symbolic violence and the “double loss” experienced by migrants, involving both territorial displacement and rupture from the mother tongue. In this context, entry into a new linguistic field may open space for processes of resignification, in which the weakening of original signifiers enables new forms of subjectivation. The text discusses alienation and the possibility of separation in the field of the Other, highlighting the centrality of language in subjective restructuring and understanding bilingualism as an experience of asymmetry and symbolic reinscription. This is a qualitative study based on a review of psychoanalytic and sociological literature, articulating the concepts of helplessness, language, subjectivity, and symbolic violence. **KEYWORDS:** Migration; Psychoanalysis; Language; Subjectivity; Culture.

¹ Mestrando em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Egresso do Curso de Especialização em Psicologia e Migração da PUC Minas. gabriel.azvdo.daher@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A migração contemporânea, intrinsecamente ligada às assimetrias do capitalismo global, pode ser compreendida como um fenômeno que evidencia a articulação entre condições estruturais de desamparo, como a precarização econômica, guerras e crises humanitárias, e formas específicas de violência estatal, expressas no controle, gestão e exclusão de populações em deslocamento. Este artigo propõe uma análise dos processos migratórios, com foco especial nos deslocamentos forçados. Tais deslocamentos expõem uma forma particular de violência simbólica: de um lado, a violência institucionalizada dirigida aos corpos migrantes, manifestada em políticas de deportação, restrição de direitos e exigências de assimilação cultural, na medida em que impõe a renúncia de traços identitários, linguísticos e culturais como condição de pertencimento, operando uma normatização que desautoriza a diferença. Por outro lado, esses mesmos corpos carregam um potencial disruptivo, na medida em que tensionam e por vezes subvertem as lógicas identitárias e fronteiriças que buscam fixá-los. A hipótese central que permeia esta discussão é a de que o processo migratório expõe o sujeito à necessidade de um rearranjo linguístico, entendido não apenas como mudança de idioma, mas como reconfiguração de sua inscrição simbólica, capaz de impactar significativamente seu processo de subjetivação.

A Organização Internacional para as Migrações (OIM), agência vinculada às Nações Unidas, define "migrante" como qualquer indivíduo que se desloca através de uma fronteira internacional ou dentro de um Estado, afastando-se de seu local habitual de residência, independentemente de seu status legal, da voluntariedade ou involuntariedade do movimento, das causas do deslocamento ou da duração da estadia. Segundo o Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (2024) o movimento migratório implica uma "perda dupla" para o sujeito, que não apenas perde seu território físico, mas também suas referências linguísticas e culturais, impactando significativamente seus processos de subjetivação.

Nesse contexto, a apropriação de uma nova língua pelo migrante pode ser tomada como uma metáfora privilegiada para compreender a articulação entre mecanismos de opressão e possibilidades de resistência. Ela opera na medida em que a inserção em um novo campo linguístico evidencia, simultaneamente, a dependência do sujeito em relação aos significantes do Outro e a possibilidade de deslocamento frente a eles. De um lado, a exigência de adaptação linguística pode funcionar como dispositivo de normatização e apagamento de diferenças; de outro, a rearticulação dos significantes em uma nova língua pode abrir brechas para invenções singulares, situando-se no cruzamento entre a falta constitutiva do sujeito, entendida, na esteira

de Jacques Lacan (1958), como uma “falta-a-ser” que estrutura o desejo, e as formas de privação material impostas pelas estruturas de poder colonial-capitalistas.

A migração, ao implicar um deslocamento territorial, instaura também um deslocamento simbólico que desestabiliza os pontos de ancoragem subjetiva do indivíduo. A perda dupla pode ser compreendida como uma ruptura com o campo do Outro, onde o sujeito se inscreve e se reconhece por meio da linguagem e dos significantes culturais (CRP, 2024). Ao perder os referenciais que sustentam sua posição no laço social, o migrante se depara com um vazio simbólico que exige uma nova operação de significação.

Essa formulação permite uma aproximação com o fenômeno migratório, ao conceber a migração como uma experiência que impõe ao sujeito uma espécie de "branco" simbólico. Este "branco" representa a desarticulação dos significantes que sustentam sua posição no laço social, decorrente da "perda dupla" – a destituição de um lugar tanto físico quanto no discurso do Outro. Tal situação exige uma nova inscrição simbólica para que o sujeito possa sustentar seu desejo e reconfigurar sua posição subjetiva no novo território.

Bourdieu (1998) complementa essa perspectiva ao afirmar:

O (i)migrante é atopus, sem lugar, deslocado, inclassificável. [...] Deslocado, no sentido de incongruente e de importuno, ele suscita o embaraço; e a dificuldade que se experimenta em pensá-lo – até na ciência, que muitas vezes adota, sem sabê-lo, os pressupostos ou as omissões da visão oficial – apenas reproduz o embaraço que a sua inexistência incômoda cria. (Bourdieu, 1998, p. 11)

Dessa forma, o processo de formação do Eu pressupõe uma experiência inicial alteritária, ou seja, uma experiência na qual o sujeito é inicialmente capturado pelo olhar, pela voz e pelos significantes do Outro, sendo por eles nomeado, reconhecido e investido libidinalmente, cuja qualidade permite, posteriormente, a constituição do próprio eu. Além da indispensável presença do outro primordial na constituição subjetiva, os laços sociais também sustentam a condição de pertencimento a uma cultura (Freud, 1929/1996). Por um lado, a constituição da subjetividade envolve um contínuo trabalho psíquico de apropriação do que foi enunciado pelo outro, e, por outro, os laços sociais confrontam o sujeito com a capacidade de administrar demandas de desinvestimento e investimento ao longo da vida. De certa forma, o desamparo inerente à condição humana pressupõe a necessária ajuda externa daquele que cuida, denominada por Freud (1895/2006) como "auxílio estrangeiro" ou "ajuda externa". Essa noção de desamparo, que será retomada adiante, constitui um eixo fundamental para compreender a dependência estrutural do sujeito em relação ao outro.

2 PSICANÁLISE, LINGUAGEM E O SUJEITO MIGRANTE

Para compreender os impactos subjetivos da apropriação de um novo campo linguístico no processo migratório, é fundamental aprofundar nas contribuições da psicanálise, especialmente de Freud e Lacan, junto à filosofia da linguagem de Derrida e à sociologia de Bourdieu. Esses autores oferecem arcabouços teóricos que permitem analisar a complexidade da relação entre sujeito, linguagem e cultura no contexto do deslocamento.

2.1. O desamparo como fundamento da subjetividade na obra de Freud

Entre os conceitos fundamentais desenvolvidos por Freud, o de *desamparo* destaca-se como elemento central para a compreensão da constituição do sujeito. Longe de ser uma condição transitória da infância, trata-se, na perspectiva freudiana, de uma experiência primordial e estruturante, que molda o psiquismo e a forma como o indivíduo se relaciona com o mundo e com os outros. Nesta seção, exploraremos o conceito de desamparo em Freud, rastreando suas origens e manifestações, e, sobretudo, sua relação intrínseca com o processo de subjetivação.

No *Projeto para uma Psicologia Científica* (1895/2006), Freud descreve o desamparo como a incapacidade do recém-nascido de realizar, por si só, a ação necessária para satisfazer suas necessidades internas. O bebê, imerso em um estado de desamparo radical, não é capaz, por exemplo, de buscar alimento. Essa impotência exige a intervenção de uma ajuda estrangeira – geralmente representada pela mãe ou pelo cuidador – que, ao prover a satisfação, oferece ao bebê sua primeira experiência de satisfação. Dessa experiência funda-se a primeira imagem de um objeto externo capaz de aliviar o desprazer, de cuidado (Freud, 1895/2006). É, portanto, a partir da dependência radical do outro que se inicia a constituição do aparelho psíquico.

A primeira experiência de satisfação deixa um traço mnêmico da percepção, traço que se conserva tão bem preservado que, quando o desejo reaparece, não é o objeto que ativa diretamente a sensação de satisfação, mas sim a evocação interna desse traço. Assim, não é o objeto externo por si só que provoca a satisfação, mas a ressurreição desse traço mnêmico transformado em representação. (Freud, 1895/2006)

A dependência primária do bebê em relação ao cuidador é decisiva para a formação do Eu. A satisfação de suas necessidades não representa apenas uma condição para a sobrevivência biológica, mas constitui também a base sobre a qual se erige o desenvolvimento psíquico. A experiência repetida de satisfação, mediada pela presença do outro, leva à criação de traços de

memória e à construção de um aparelho capaz de distinguir entre o Eu e o mundo exterior (Freud, 1985/2006). O Eu, nesse processo, surge como instância mediadora entre as exigências pulsionais internas e as imposições da realidade, sendo formado na e pela relação com o ambiente e, em especial, com as figuras parentais.

Em *O Eu e o Id* (1923/2011), Freud formaliza a estrutura tripartida da psique: Id, Eu e Supereu. O Eu, derivado do Id, mas em constante contato com o mundo externo, é a instância que organiza as funções de percepção, memória, pensamento e ação. Sua constituição implica a internalização de identificações com os objetos de desejo, especialmente no contexto do complexo de Édipo (Freud, 1923/2011). O desamparo, ao exigir a presença do outro para o alívio do desprazer, funda as bases para essas identificações, que serão determinantes na construção de um Eu capaz de lidar com as demandas da realidade e com as exigências sociais.

Freud retoma e aprofunda a importância do desamparo em *Inibições, Sintomas e Angústia* (1926/2014), onde atribui à experiência de vulnerabilidade extrema um papel central na gênese da angústia. O desamparo deixa de ser apenas uma condição biológica do infante e passa a representar o protótipo de todas as situações traumáticas. Para Freud, a angústia é a reação do ego diante de um perigo, e o perigo fundamental é justamente o desamparo. A experiência do nascimento – ruptura abrupta com o ambiente intrauterino e exposição a uma avalanche de estímulos – é vista como o primeiro trauma e como matriz para as reedições posteriores da angústia. Esta, por sua vez, funciona como um sinal de alarme, indicando que o ego está diante de uma situação para a qual não possui defesas suficientes.

Essa condição de desamparo não é eliminada com o crescimento, mas acompanhada por estratégias psíquicas e sociais que tentam contorná-la. Ao longo da vida, o sujeito busca incessantemente objetos e relações que ofereçam proteção e satisfação, numa tentativa de reproduzir a experiência inicial de amparo. No entanto, essa vulnerabilidade permanece como marca estrutural da existência humana. A incompletude psíquica, longe de ser uma deficiência, torna-se o motor do desejo e da busca de sentido – ainda que por vezes ilusório – nas relações afetivas, nos vínculos sociais e na cultura. O desamparo, assim, não é apenas um ponto de partida, mas uma condição permanente que estrutura os modos de estar no mundo, influenciando escolhas, medos e aspirações (Freud, 1926/2014).

Essa marca não se restringe ao campo individual, estendendo-se às relações do sujeito com a cultura e a sociedade. Em *O Mal-Estar na Civilização* (1930/2010), Freud mostra como a vida em comunidade exige do sujeito renúncias pulsionais significativas. A repressão dos impulsos agressivos e sexuais, necessária para a convivência social, produz inevitavelmente uma dose de sofrimento. A promessa de proteção e bem-estar oferecida pela cultura surge como

uma tentativa de responder ao desamparo estrutural. No entanto, essa promessa não se realiza de forma plena, e o mal-estar se instala como consequência da tensão entre as exigências pulsionais e os limites impostos pela vida civilizada.

Como o próprio sentir não teria levado o ser humano pelo mesmo caminho, ele deve ter um motivo para se submeter a essa influência externa. Podemos enxergá-lo no desamparo e na dependência dos outros, e a melhor designação para ele seria medo* da perda do amor. [...] Portanto, inicialmente o mal é aquilo devido ao qual alguém é ameaçado com a perda do amor; por medo dessa perda é preciso evitá-lo. (Freud, 1930/2010, p. 140)

A experiência original de desamparo, ao revelar a dependência do sujeito em relação ao outro e à ordem coletiva, funda a necessidade de leis e normas sociais. A fragilidade diante da natureza e da violência dos semelhantes impulsiona o ser humano a organizar-se em comunidades (Freud, 1930/2010). A civilização nasce como tentativa de garantir segurança frente à vulnerabilidade constitutiva do sujeito. Contudo, esse pacto exige o sacrifício de parcelas importantes da liberdade e do gozo pulsional. Ao mesmo tempo em que oferece amparo, a civilização impõe novos sofrimentos, atualizando o paradoxo entre proteção e opressão, entre o desejo de pertencimento e a renúncia que ele exige.

O perigo do desamparo psíquico se ajusta ao estágio de imaturidade inicial do Eu, o perigo da perda do objeto (do amor) à dependência dos primeiros anos da infância, o perigo da castração à fase fálica, e enfim a angústia ante o Supereu, que ocupa um lugar especial, ao período de latência. No curso do desenvolvimento, os velhos determinantes da angústia devem ser abandonados, pois as situações de perigo que lhes correspondem vão perdendo o valor com o fortalecimento do Eu. (Freud, 1933/2010, p. 167)

Em suma, o desamparo, na teoria freudiana, é a condição inaugural da subjetividade. Ele estrutura o psiquismo, impulsiona o desejo, fundamenta a vida em sociedade e sustenta a busca contínua por sentido. Compreendê-lo é essencial para pensar nos impasses do sujeito moderno diante de sua fragilidade constitutiva. O desamparo é, ao mesmo tempo, marca da incompletude e força que impele à criação, à linguagem, ao laço social. Ele nos lembra que ser humano é, antes de tudo, aprender a viver com a falta – e a fazer dela um ponto de partida para a invenção de modos de existir.

2.2. O inconsciente estruturado como linguagem: a virada lacaniana

A psicanálise lacaniana propõe uma releitura radical do inconsciente freudiano, afastando-o de uma concepção biológica ou instintual para situá-lo no registro da linguagem. Para Jacques Lacan, especialmente a partir de seu texto “A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud” (1957/1998), o inconsciente não é um depósito de conteúdos reprimidos, mas uma estrutura que se organiza segundo as leis da linguagem. o inconsciente não é um depósito de conteúdos reprimidos, mas uma estrutura dinâmica que opera segundo as formas da linguagem. Essa formulação atravessa seus seminários e escritos, constituindo-se em um dos pilares centrais de sua teoria.

O inconsciente se manifesta por meio de formações como lapsos, sonhos, trocadilhos e sintomas, que não ocorrem de maneira aleatória, mas obedecem a uma lógica própria. Em Sigmund Freud, especialmente em *A Interpretação dos Sonhos* (1900/2019), essa lógica aparece nos mecanismos de condensação (*Verdichtung*) e deslocamento (*Verschiebung*). Lacan (1957/1998) retoma esses mecanismos e os articula às figuras retóricas da metáfora e da metonímia: a metáfora como operação de substituição significante, produtora de novo sentido, e a metonímia como deslizamento do desejo ao longo da cadeia significante, sem fixação definitiva.

Ao afirmar que o inconsciente é estruturado como uma linguagem, Lacan (1966/1998) sustenta que ele funciona como um sistema de significantes, no qual o sentido é sempre instável e dependente das posições que os elementos ocupam na cadeia.

É por isso mesmo que o inconsciente que a diz, o verdadeiro sobre o verdadeiro, é estruturado como uma linguagem, e é por isso que eu, quando ensino isso, digo o verdadeiro sobre Freud, que soube deixar, sob o nome de inconsciente, que a verdade falasse. (Lacan, 1966/1998, p. 882)

No Seminário sobre Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise, Lacan (1964/1985) aprofunda essa perspectiva, definindo o inconsciente como um “saber não sabido” – ou seja, um saber que se articula simbolicamente e se manifesta por meio da cadeia de significantes. Ele não é acessível à consciência de forma direta, mas requer escuta e interpretação. Assim, a escuta psicanalítica torna-se uma escuta da linguagem, sensível às falhas, repetições e deslizamentos que revelam a verdade subjetiva cifrada no inconsciente.

Esse entendimento do inconsciente está diretamente ligado ao conceito de *Outro*, entendido por Lacan (1964/1985) não como uma pessoa concreta, mas como o lugar simbólico

da linguagem, da cultura e das normas sociais. O Outro representa o campo onde os significantes circulam e a partir do qual o sujeito se constitui. É nesse campo que ele adquire linguagem, se inscreve como ser falante e começa a estruturar seu desejo.

A psicanálise lacaniana nos oferece uma ferramenta fundamental para compreender a experiência migrante ao posicionar o Outro como o campo simbólico que estrutura tanto a linguagem quanto o mundo social. Como Lacan afirma no Seminário Sobre a Carta Roubada (1956/1998), "o inconsciente é o discurso do Outro" (p. 18), revelando como o sujeito se constitui numa relação dialética entre seu desejo e os significantes que recebe deste Outro primordial. Essa concepção ganha contornos dramáticos na experiência migrante, onde o sujeito se vê confrontado com um novo tesouro de significantes que muitas vezes nega ou desestabiliza suas identificações anteriores.

Lacan define o Outro como o lugar da alteridade radical e como fonte da linguagem. A distinção entre o "pequeno outro", que se refere aos semelhantes com os quais nos relacionamos imaginariamente, e o "grande Outro", que representa o campo do simbólico, é essencial para entender sua teoria (Quinet, 2012). O grande Outro é o local da lei, do saber e do reconhecimento, mas é também um Outro barrado – isto é, incompleto, também ele marcado pela falta.

Lacan (1964/1985) retoma e radicaliza essa noção de incompletude, transpondo-a do registro biográfico para o campo simbólico. A falta não é mais apenas uma experiência contingente da infância, mas uma consequência necessária da inserção na linguagem. Ao tornar-se um "ser falante", o sujeito é cindido: o significante o representa para outro significante, mas sempre à custa de uma perda irrecuperável. É nesse sentido que Lacan (1958/1998) ao dizer sobre A Direção do Tratamento afirma que "o desejo é a metonímia da falta-a-ser" (p.629) — o desejo não visa um objeto pleno, mas desliza incessantemente em torno de um vazio estrutural. O objeto *a*, nessa perspectiva, encarna o resíduo impossível de simbolizar, aquilo que "cai" do sujeito no processo de constituição pelo significante (o seio perdido, o olhar, a voz). Diferente do objeto freudiano (que pode ser fantasmaticamente recuperado), o objeto *a* lacaniano é justamente o que não existe, mas que, por isso mesmo, causa o desejo.

A aproximação entre os dois conceitos - *falta e desejo* - revela tanto continuidades quanto rupturas. Em Freud (1926/2014; 1930/2010), essa insuficiência aparece na experiência de desamparo (*Hilflosigkeit*), que evidencia a dependência do outro e a marca duradoura das primeiras relações na constituição psíquica. Já em Lacan (1957/1998; 1964/1985), essa problemática é reformulada no registro da linguagem: a falta não é um déficit contingente a ser

reparado, mas uma condição estrutural decorrente da inserção do sujeito na ordem simbólica, isto é, no campo dos significantes.

Nesse sentido, o desamparo freudiano não se reduz a um evento pontual, mas indica uma condição inaugural que convoca o outro; a falta lacaniana, por sua vez, nomeia a estrutura que sustenta o desejo como efeito da linguagem. Essa articulação permite compreender a continuidade entre os autores sem apagar suas diferenças, e ressalta um ponto ético central da psicanálise: se o sujeito é constituído por uma falta, o trabalho analítico não visa suprimi-la, mas possibilitar sua elaboração e o reposicionamento do sujeito em relação ao seu desejo (Lacan, 1959–1960/2008).

Lacan (1998), ao aprofundar sua proposição, reforça a ideia de que o inconsciente não apenas opera sob as mesmas normas, mas é estruturado como uma linguagem. O sujeito do inconsciente emerge na intersecção entre os registros simbólico, imaginário e real. A linguagem, enquanto estrutura que antecede o sujeito, oferece os significantes necessários para sua inserção no campo social, mas também o aliena.

A alienação, portanto, é uma operação fundamental para a emergência do sujeito, ocorrendo a partir da entrada na linguagem e da submissão ao significante. Lacan (1964/1998) salienta que o efeito de linguagem é a causa introduzida no sujeito. Por esse efeito, ele não é causa de si mesmo, mas traz em si o germe que o cinde” (p. 849), evidenciando que a subjetividade não é autônoma, mas resultado de uma rede de significantes que precede e constitui o sujeito. Assim, a alienação funda o sujeito na divisão, uma vez que a linguagem lhe confere sentido, ao mesmo tempo em que instaura uma falta estrutural.

Nesse sentido, o acesso ao simbólico impõe uma clivagem na experiência pulsional. Entendida, na tradição inaugurada por Freud (1915/2010), como um conceito-limite entre o somático e o psíquico, a pulsão não se confunde com o instinto, mas designa uma força constante que insiste em obter satisfação. Com a entrada na linguagem, uma parcela dessa experiência torna-se simbolizável, podendo ser articulada por meio de representações; outra, entretanto, permanece como um excedente que resiste à captura pelo significante, retornando sob a forma de insistência pulsional. Lacan (1964/1985) sintetiza essa divisão ao afirmar: “Vocês constatam, sobretudo, que o que estrutura o nível do prazer já dá o início de uma articulação possível da alienação [...]” (p. 234). Nesse contexto, a alienação não se limita ao plano da linguagem, mas diz respeito ao modo como o sujeito se constitui a partir dos significantes do Outro, o que implica uma divisão estrutural. Tal divisão repercute na experiência do desejo — sempre mediado e nunca plenamente satisfeito — e do gozo, entendido como uma forma de satisfação que ultrapassa o princípio do prazer e que permanece

parcialmente irreduzível à simbolização. Assim, a alienação, ao mesmo tempo em que funda o sujeito no campo do Outro, o condena a uma busca incessante por um ser sempre em falta.

No seu desenvolvimento teórico acerca da circularidade da relação do sujeito com o Outro, Lacan (1964/1985) lança luz sobre uma segunda operação que compõe essa dialética.

Esta operação segunda tão essencial de ser definida quanto a primeira, porque é aí que vamos ver despontar o campo da transferência. Eu a chamarei, introduzindo aqui meu segundo termo, *a separação*. (Lacan 1964/1985, p.209)

A separação, para Lacan (1964/1985), é parte responsável pela constituição do sujeito desejante, na medida em que faz a transição da falta-a-ser (Lacan, 1958) para a articulação do desejo como desejo do Outro. Esse processo se dá por meio da interseção entre os momentos do processo de constituição - Alienação e Separação - sendo que o ponto comum entre ambos é a falta, o que Lacan identifica como a causa do desejo: o *objeto a*.

A separação é estabelecida pela opacidade do discurso do Outro, que cria condições para o sujeito se interrogar sobre o desejo do Outro. Lacan (1964/1985) descreve: "Nos intervalos do discurso do Outro, surge na experiência da criança, o seguinte, que é radicalmente destacável – ele *me diz isso, mas o que é que ele quer?*" (p. 209). Essa lacuna no discurso do Outro provoca o sujeito a questionar o desejo do Outro, resultando na emergência do desejo do sujeito. Em outro momento de sua teorização, Lacan (1964/1998) também relaciona a separação ao conceito da metáfora paterna, uma função que instaura uma falta no desejo materno, permitindo a inserção do sujeito no campo simbólico. Segundo o psicanalista:

Do lado do Outro, do lugar onde a fala se confirma por encontrar a troca dos significantes, os ideais que eles sustentam, as estruturas elementares de parentesco, a metáfora do pai como princípio da separação, a divisão sempre reaberta no sujeito em sua alienação primária, apenas deste lado, e por estas vias que acabamos de citar, devem instaurar-se a ordem e a norma que dizem ao sujeito o que ele deve fazer como homem ou mulher. (Lacan, 1998, p. 863).

A função paterna, portanto, rompe a relação dual entre o infans e o Outro materno, possibilitando o desenvolvimento do desejo na falta. Em seu seminário sobre “A carta roubada” (1956/1998), Lacan desenvolve um pensamento que se refere à alienação do sujeito humano no universo dialético de um simbólico colonizado pelo significante linguístico. A carta assume o papel de significante fálico ao organizar os olhares e as ações dos personagens a partir do sistema presença-ausência, ver e não-ver, estar e não-estar, ter ou não-ter – a dialética do significante-fálico. Uma aproximação pode ser feita com a dinâmica do idioma a partir da lógica

compreender ou não determinados códigos, ou seja, participar ou não do emaranhado simbólico de determinada cultura.

O significante é a unidade por ser único, não sendo, por natureza, senão símbolo de uma ausência. E é por isso que não podemos dizer da carta/letra roubada que, à semelhança de outros objetos, ela deva estar ou não estar em algum lugar, mas sim que, diferentemente deles, ela estará e não estará onde estiver, onde quer que vá (Lacan, 1956/1998, p.27).

Conforme articulado por Lacan (1985), o conceito de alienação refere-se ao processo pelo qual o sujeito se constitui pela submissão ao campo simbólico do Outro, sendo "falado" pelos significantes que o precedem. Ora, para o migrante, esse processo se intensifica à medida que ele se depara com um novo sistema simbólico — a língua estrangeira e as categorias culturais locais. Especula-se, que essa experiência seja marcada pelo estranhamento à nova cultura e, principalmente, pela dificuldade de apropriação de outros significantes (que sirvam de alternativas para além do significante “migrante” ou “estrangeiro”) capazes de organizar o sujeito e possibilitar seu enlaçamento no campo social. (Lacan, 1969/1992)

No entanto, um outro movimento se apresenta enquanto alternativa. Se, de um lado, a alienação vincula o sujeito à falta de um significante que o represente completamente, o movimento de separação abre espaço para que ele reconheça a incompletude do Outro e se (re)aproprie de sua posição desejante (Lacan, 1985).

Dessa forma, Lacan (1960) nos apresenta a noção de que o sujeito é efeito do significante, e, com isso, sua posição subjetiva é determinada pelos significantes que se encadeiam a partir do campo simbólico. O ingresso no campo simbólico — a aquisição da linguagem e a aceitação dos significantes impostos pelo Outro — marca a entrada do sujeito na ordem do desejo, mas também sua alienação inicial. Lacan, assim, associa o inconsciente à fala e ao desejo, destacando que a linguagem não apenas expressa o sujeito, mas o constitui (Lacan, 1969/1992).

Se a constituição subjetiva depende dessa inscrição no campo do Outro, é possível considerar que situações de deslocamento, como a migração, reatualizam e tensionam essa relação, ao expor o sujeito a novos regimes simbólicos, linguísticos e culturais. A ruptura com os significantes que sustentavam sua posição anterior, bem como a necessidade de se reinscrever em outro campo simbólico, pode intensificar a experiência de alienação, agora atravessada por determinações sociais e políticas específicas.

2.3. A violência simbólica do Estado e os efeitos da desterritorialização sobre o sujeito migrante

A migração, embora seja comumente compreendida como deslocamento geográfico, carrega implicações subjetivas, sociais e políticas muito mais profundas. A experiência migratória é atravessada por dinâmicas de poder que se expressam frequentemente por meio da violência simbólica – uma forma de dominação sutil e muitas vezes invisível, descrita por Pierre Bourdieu (1998). O Estado e a cultura dominante exercem essa violência ao impor sentidos, classificações e expectativas que desvalorizam os referenciais do migrante e o colocam em posição de inferioridade social. Para o sujeito migrante, essa violência não se limita à perda do território físico, mas compromete sua inserção simbólica, afetando sua estrutura de disposições e sua possibilidade de reconhecimento social.

O conceito de *habitus*, central na teoria de Bourdieu, refere-se ao conjunto de esquemas de percepção, pensamento e ação que se formam a partir da experiência social e permitem que o sujeito navegue seu mundo de maneira “natural” (Setton, 2002). Quando um indivíduo migra, seu *habitus* de origem entra em choque com as novas normas, línguas e valores do país de acolhimento. Aquilo que antes lhe conferia pertencimento torna-se ineficaz, produzindo um sentimento de deslocamento e não pertencimento.

Essa desarticulação é agravada pela ação do Estado, que reforça a violência simbólica ao exigir do migrante um esforço de assimilação cultural como condição de integração. A imposição de uma nova língua, por exemplo, não é apenas funcional: ela deslegitima a língua materna e, com ela, a identidade cultural do sujeito. Internalizada, essa imposição produz no migrante o sentimento de inadequação, levando-o a reproduzir, de forma inconsciente, a rejeição que sofre por parte do campo social dominante.

A violência simbólica se exerce exatamente nesse ponto delicado em que o agente social contempla essa violência como legítima, pois age dentro dos esquemas de percepção que ela mesmo lhe inculcou: atua através dos esquemas de pensamento internalizados derivados da estrutura social, de modo que os dominados aceitam voluntariamente a sua dominação porque participam do sentido que sustenta essa dominação (Bourdieu, 1998).

A dificuldade que a sociedade de acolhimento demonstra em “pensar” o migrante – ou seja, em reconhecê-lo dentro de suas categorias simbólicas – revela a persistência da violência simbólica. Tal reconhecimento implicaria a possibilidade de inscrevê-lo no laço social como sujeito de direitos e de fala, cujas referências culturais e linguísticas não sejam automaticamente desqualificadas ou reduzidas a marcadores de alteridade inferiorizada. Em outras palavras,

trata-se não apenas de incluí-lo juridicamente, mas de torná-lo simbolicamente inteligível e legitimado no interior das estruturas sociais.

Essa análise ganha força quando articulada ao conceito psicanalítico de desamparo, que, segundo Vladimir Safatle (2018), pode ser compreendido para além da sua dimensão psicológica individual. Safatle retoma e expande a leitura de Freud e Lacan ao situar o desamparo como condição política fundamental. No caso do migrante, o desamparo atinge sua forma mais aguda: a perda do território e das referências culturais revela a fragilidade das instituições que deveriam oferecer proteção. Ausente qualquer “ajuda externa” efetiva – como aquela que Freud considerava essencial à constituição do sujeito –, o migrante é confrontado com a vulnerabilidade radical.

Contudo, para Safatle, o desamparo não é apenas sofrimento, mas pode se converter em potência política. A condição migrante evidencia as fissuras do poder estatal e a fragilidade das ficções de soberania e identidade fixa. A perda dos significantes de origem, em vez de ser apenas uma ausência dolorosa, pode abrir uma brecha crítica no tecido simbólico, revelando que as identificações nacionais e culturais são construções e não essências.

Na verdade, trata-se aqui de seguir outra via e compreender o desamparo como condição para o desenvolvimento de certa forma de coragem afirmativa diante da violência provocada pela natureza despossessiva das relações intersubjetivas e pela irreduzibilidade da contingência como forma fundamental do acontecimento. (Safatle, 2015, p.33)

Essa brecha permite que o desamparo se converta em ato político. Diante da falência das promessas estatais de proteção, ao sujeito migrante, resta buscar formas alternativas de pertencimento e solidariedade que escapam às identidades rígidas e às fronteiras estabelecidas. A vulnerabilidade, nesse caso, ao ser compartilhada e politizada, transforma-se em força de resistência e reinvenção do laço social.

Nessa perspectiva, as políticas migratórias contemporâneas – como centros de detenção, deportações em massa e negação sistemática de direitos, não são exceções, mas expressões estruturais de um “Estado suicidário” (Safatle, 2018/2021). Esse Estado não protege: ele destrói, produzindo sofrimento em nome da preservação de uma ordem social excludente. A violência contra o migrante é assim naturalizada, justificada por discursos que o desumanizam e o transformam em problema de segurança ou ônus econômico. Dessa forma, o desamparo nos mostra como a ação política é ação sobre o fundo de insegurança ontológica (Safatle, 2015).

Trata-se de insistir que as formas de individuação devem lidar com um colapso ligado

à impossibilidade histórica de sustentar a ilusão de que a identidade, a unidade sintética e a integridade do Eu moderno não seriam resultantes da internalização de um “sistema de cicatrizes” e segregações. (Safatle, 2018/2021, p.151)

A naturalização dessa violência impede o surgimento de solidariedades políticas. Ao apresentar o sofrimento do migrante como inevitável, o Estado desmobiliza a indignação e bloqueia transformações estruturais. A análise de Safatle, contudo, revela como a própria presença do migrante – em sua condição de vulnerabilidade – desafia o mito de um Estado soberano, coeso e justo. O migrante, ao existir politicamente, desestabiliza as certezas nacionais e aponta para outras formas possíveis de organização social.

Apesar da violência simbólica e institucionalizada que o cerca, o sujeito migrante não é apenas passivo. Na intersecção entre Bourdieu e Safatle, sua condição também revela um potencial de resistência e criação. A perda dupla – do território e da cultura – abre uma fissura por onde novas formas de subjetivação podem emergir. O enfrentamento dessa perda pode levar à reconfiguração do sujeito, à apropriação crítica da nova língua e à reinterpretação dos códigos culturais que o cercam.

Essa resistência não se dá necessariamente em atos explícitos de contestação, mas na insistência de continuar sendo, mesmo em um ambiente estranho. O trabalho de ressignificar os significantes de “estranho” ou “deslocado”, por exemplo, é uma forma potente de resistência. Ao invés de aceitar a categorização imposta, o sujeito migrante pode investir sentido em sua diferença, transformando-a em lugar de criação, de hibridismo e de crítica às identidades cristalizadas.

Habitar o entre-línguas e o entre-culturas torna-se, assim, um gesto político e emancipador. Nesse intervalo, o sujeito evidencia a artificialidade das fronteiras e reivindica novas formas de pertencimento. A psicanálise, enriquecida pelas contribuições da sociologia crítica de Bourdieu e pela filosofia política de Safatle, permite compreender que a subjetividade do migrante não é apenas um produto da violência, mas também um vetor de reinvenção. Diante da violência simbólica do Estado, o migrante aponta caminhos para a construção de uma sociedade mais inclusiva, onde a alteridade não seja silenciada, mas acolhida como parte constitutiva do laço social.

3 ENTRE A SUBJETIVAÇÃO E A EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA

A teoria lacaniana do inconsciente estruturado como linguagem e da centralidade do Outro simbólico oferece uma chave interpretativa fecunda para compreender a experiência

subjetiva do migrante. A língua materna, que antes fornecia o arcabouço simbólico para a inserção do sujeito no mundo, muda seu efeito no novo contexto. A hipótese aqui sustentada é que essa língua primeira, embora não desapareça, deixa de operar como mediadora plena de sentido e reconhecimento, passando a marcar uma alteridade radical dentro do próprio sujeito.

O encontro com uma nova língua e cultura não se reduz à aquisição de vocabulário e regras gramaticais, mas exige uma reinscrição simbólica significativa. Os significantes que antes nomeavam e representavam o sujeito deixam de ter validade no novo campo, exigindo que ele se enlace com um novo conjunto de referências. Esse processo intensifica a alienação: o migrante se vê mais vulnerável em relação ao novo lugar e campo simbólico, que não o inclui originalmente, precisando habitar uma linguagem que não lhe é própria (Lacan, 1964/1985).

Entretanto, essa alienação inicial abre caminho para um movimento de separação. Ao constatar que o novo Outro – a cultura e a língua de acolhimento – também é incompleto, o sujeito pode perceber que nenhuma linguagem é plena ou totalmente adequada. Essa percepção, embora incômoda, possibilita uma travessia: o sujeito confronta a falta que estrutura tanto o Outro quanto sua própria constituição, e a partir desse reconhecimento pode abrir espaço para uma subjetivação singular.

Nesse sentido, não se trata de reduzir a função do significante à nomeação, isto é, a uma simples etiqueta aplicada a um objeto. Tal redução implicaria conceber a linguagem como um sistema de correspondência direta entre palavras e coisas. Entretanto, o significante opera por sua inserção em uma cadeia diferencial, na qual o sentido emerge das relações entre os próprios significantes, e não de sua referência imediata ao mundo (Lacan, 1964/1985). Assim, segundo Lacan (1964/1985), se pode compreender a linguagem como uma associação condicionada entre signo e coisa, deslocando a compreensão da linguagem de uma função representacional para uma função estruturante: o significante não apenas nomeia a realidade, mas participa ativamente da constituição do sujeito e de sua experiência (Lacan, 1964/1985).

Habitar o intervalo entre línguas e culturas – espaço estrangeiro, de constante tradução, adaptação e negociação – revela-se então como um lugar privilegiado para a emergência do inconsciente enquanto discurso do Outro. É nesse entrelugar que os lapsos, os equívocos e as ambiguidades da linguagem ganham destaque, desvelando o desejo em sua articulação sempre inacabada. A tentativa de articular o desejo em uma língua estrangeira, expõe o caráter contingente das identificações e das construções identitárias.

A esse cenário se soma a contribuição de Jacques Derrida, para quem a apropriação de uma nova língua no processo migratório vai além da aquisição de um novo código comunicacional: trata-se de uma experiência marcada pelo trauma, pelo luto e pela

ressignificação. Em *O monolinguismo do outro ou a prótese de origem*, Derrida (1996/2001) sustenta que nenhuma língua é plenamente “nossa”; mesmo a língua materna é sempre imposta por um Outro cultural e histórico. Ela nos constitui como sujeitos, mas permanece, em essência, estrangeira. Essa noção de uma "prótese de origem" desestabiliza a crença em um pertencimento linguístico absoluto, intensificando, para o migrante, a sensação de perda e desenraizamento.

Jacques Derrida aborda o bilinguismo como uma experiência marcada pela assimetria e pela impossibilidade de um domínio pleno de qualquer língua, incluindo a materna.

O que eu digo, aquele que eu digo, este *eu* de que falo numa palavra, é alguém, recordo-me mais ou menos, a quem o acesso a qualquer outra língua para além da francesa da Argélia foi *interdito*. Mas este mesmo *eu* é também alguém a quem o acesso ao francês de uma outra maneira, aparentemente desviada e perversa, *também foi interditado*. De outra maneira, sem dúvida, mas igualmente interditado. Um interdito que interditava assim imediatamente o acesso às identificações que permitem a autobiografia apaziguada, as memórias, em sentido clássico. (Derrida, 1996/2001, p. 47).

Essa passagem evidencia sua concepção de que a linguagem não pertence inteiramente ao sujeito, mas é sempre marcada por deslocamentos, imposições e assimetrias. Para Derrida (1996/2001), mesmo a língua materna é, de certa forma, estrangeira, pois nunca é possuída de maneira absoluta. Ao se questionar, “em que língua escrever memórias, a partir do momento em que não existiu língua materna autorizada?” (Derrida, 1996/2001, p. 47), o autor evidencia seu argumento.

Nesse sentido, ainda nos adverte sobre a função desta interdição:

Cedemos por exemplo à facilidade ou ao mecanismo ao falarmos de *interdito*. Se interdito for o nome, se fazemos questão nele, o interdito foi um tipo ao mesmo tempo *excepcional e fundamental*. Desprendido. Quando se interdita o acesso a uma língua, não se interdita coisa alguma, nenhum gesto, nenhum ato. Interdita-se o acesso ao dizer, eis tudo, a um certo dizer. Mas aí reside justamente o interdito fundamental, a interdição absoluta, a interdição da dicção e do dizer... O interdito opera portando por outras vias. Mais sutis, pacíficas, silenciosas, liberais. (Derrida, 1996/2001, p. 48 - 49)

Diante dessa perspectiva, a interdição da língua, longe de ser um obstáculo intransponível, pode se converter em um ponto de inflexão onde o sujeito reinscreve sua relação com o simbólico. Se, inicialmente, a impossibilidade de um domínio pleno da língua gera angústia, é precisamente nessa lacuna que se abre um espaço para a criação. O sujeito, ao transitar entre os sistemas linguísticos, pode deslocar-se das amarras da identificação rígida e construir um laço social menos marcado pela perda e mais sustentado no desejo. Assim, a

diferença linguística, ao invés de ser vivida apenas como uma exclusão, torna-se um campo de apropriação, onde novos significantes podem ser mobilizados para situar o sujeito no campo do Outro de maneira menos angustiante e mais autêntica.

Essa experiência, contudo, não se resume à perda. A interdição e a estrangeiridade da linguagem abrem também um campo de criação. Para Derrida, é nesse intervalo – entre línguas, entre pertencimentos – que o sujeito pode reinventar sua relação com o simbólico. A apropriação de uma nova língua, nesse contexto, não é mera adaptação, mas um gesto de invenção, onde o migrante reinscreve seu desejo, seu corpo e sua memória. A fragilidade da língua, longe de paralisar, pode ser um pulso de novas formas de subjetivação e resistência.

A ressignificação, portanto, não é a tentativa de recuperar um passado perdido, mas a criação de uma nova posição no laço social, a partir da experiência de exílio simbólico. O migrante, ao habitar esse “entre-lugar” linguístico e cultural, denuncia a artificialidade das fronteiras e das identidades fixas. Ele mostra que a subjetividade é, por definição, deslocada, e que é precisamente nessa condição que reside sua força crítica e criativa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência migratória, mais do que uma travessia geográfica ou um fenômeno político, desestabiliza os alicerces da constituição subjetiva. Freud (1930/2010) nos lembra que o ser humano nasce marcado por um desamparo primordial, sendo que o desamparo do ser humano é o motivo original de toda necessidade. Essa condição funda o desejo e estrutura o psiquismo a partir da relação com um outro que provê auxílio. Lacan (1957/1998) amplia essa formulação ao afirmar que o sujeito se constitui na linguagem, efeito de significantes que o precedem e o alienam: o inconsciente é estruturado como uma linguagem. A migração, ao romper com o campo simbólico de origem, reencena essa fragilidade inaugural, revelando o quanto a identidade é atravessada pela perda e pela falta.

Nesse contexto, a chegada a um novo campo cultural exige não apenas adaptação prática, mas um verdadeiro trabalho de luto e reinscrição. Pierre Bourdieu (1998) aponta que o habitus do migrante é desvalorizado e desajustado às exigências do novo campo social, resultando em uma forma sutil, porém eficaz, de exclusão simbólica: a violência simbólica é aquela que é exercida sobre um agente social com a sua cumplicidade. Essa imposição de significados redefine o lugar do sujeito, frequentemente marcado pela não pertença e pela invisibilidade.

Vladimir Safatle (2015) aprofunda essa leitura ao considerar o desamparo como um

operador político. Diante da falência das instituições que deveriam oferecer proteção, o migrante expõe, em sua própria vulnerabilidade, os limites da soberania e a lógica excludente do Estado. Trata-se da pulsão de morte institucionalizada (Safatle, 2018), uma forma de gestão social que mantém o sofrimento como ferramenta de controle.

Contudo, essa mesma condição de exílio simbólico pode abrir espaço para reinvenção. Jacques Derrida (1996/2001) nos lembra que até mesmo a língua materna é uma “prótese de origem” (p. 19), uma doação do Outro que nunca nos pertenceu completamente. Ao transitar entre línguas, o migrante não apenas perde uma identidade, mas também revela a ficção de qualquer identidade como essencial. O espaço entre línguas, entre culturas e significantes, torna-se fértil para a criação de novas formas de subjetivação, onde a experiência do exílio se transforma em gesto poético e político.

Nesse sentido, confirma-se a hipótese que orientou este trabalho: a apropriação de uma nova língua, longe de se restringir a uma adaptação funcional, constitui um processo que incide diretamente sobre a subjetivação, operando simultaneamente como experiência de alienação, ao submeter o sujeito a novos regimes significantes, e como possibilidade de criação, ao abrir espaço para rearranjos simbólicos e invenções singulares.

É fundamental afirmar que, embora a migração intensifique experiências de perda, desamparo e violência simbólica, o sujeito migrante não se reduz à condição de vítima passiva diante dessas forças. O deslocamento, ao romper com identificações estabilizadas e expor a ficcionalidade das fronteiras territoriais, linguísticas e identitárias, pode operar como gatilho para um potente movimento de agência e criação. A travessia entre línguas e culturas não é apenas um processo de adaptação funcional, mas um gesto de reinvenção simbólica: o migrante, ao habitar esse entre-lugar, reinscreve sua história e reconfigura sua posição diante do Outro.

Nesse processo, a linguagem – mesmo em sua opacidade, falha e estranhamento – torna-se um campo fértil de subjetivação. Ao lidar com a perda dos significantes de origem e com a assimetria da nova língua, o sujeito se vê impelido a criar novas formas de expressão, de vínculo e de pertencimento. A apropriação da nova língua, os modos singulares de enunciar-se e de escutar o outro, bem como a construção de laços sociais que escapam às normas dominantes, são marcas dessa potência sublimatória.

Assim, a migração evidencia a precariedade da identidade e da linguagem, mas também sua potência. Ela expõe a fragilidade dos laços simbólicos e institucionais, ao mesmo tempo em que permite ao sujeito reinventar seus modos de estar no mundo. Expondo sua capacidade de fazer do exílio simbólico um lugar de fala, de reconstruir o laço social a partir da falta e de subverter, pela linguagem e pela prática cotidiana, as fronteiras que pretendem silenciá-lo.

Nesse campo tensionado entre perda e invenção, a psicanálise encontra uma escuta fundamental para pensar a subjetividade contemporânea em deslocamento. E é nesse gesto ético e político – simultaneamente subjetivo e coletivo – que a migração se revela como possibilidade de criação de novas formas de existência ao sujeito migrante.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Definição de migrante pela OIM. *UNRIC*, [s.d.]. Disponível em: <https://unric.org/pt/darfur-cessacao-das-hostilidades-e-uma-prioridade-muito-urgentelembra-secretario-geral-3/>. Acesso em: 27 jun. 2025.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – CRP04. *Guia: migração, refúgio, tráfico de pessoas e subjetividades*. 2024. Disponível em: <https://acervodigital.crp04.org.br/publicacoes/guia-migracao-refugio-trafico-de-pessoas-e-subjetividades-2022/>. Acesso em: 27 jun. 2025.

DERRIDA, J. *O monolinguismo do outro ou a prótese de origem*. Tradução de F. R. de Almeida. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. Obra original publicada em 1996.

FREUD, S. *A interpretação dos sonhos*. In: _____. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 4 e 5. Obra original de 1900.

FREUD, Sigmund. As pulsões e seus destinos (1915). In: _____. *Obras completas, volume 12: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914–1916)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. Novas Conferências Introdutórias à Psicanálise. In: *Obras completas, volume 18: O mal-estar na civilização, Novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. *O Eu e o Id*. In: *Obras completas, volume 16: O Eu e o Id, "Autobiografia" e outros textos (1923-1925)*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREUD, S. *Inibição, sintoma e angústia*. In: *Obras Completas, volume 17: Inibições, Sintomas e Angústia, O futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929)*. Tradução Paulo César de Souza. – 1ª ed., – São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FREUD, S. *O mal-estar na civilização*. In: *Obras completas, volume 18: O mal-estar na civilização, Novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. *Projeto para uma psicologia científica*. Tradução de J. Salomão. In: FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. I, p. 339–450. Obra original publicada em 1895.

GUZMÁN, A. M.; DERSÍ, A. O trauma na psicanálise: uma revisão da literatura. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 263–275, 2021.

LACAN, J. A ciência e a verdade. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, p. 869-892. (Trabalho original publicado em 1965-1966).

LACAN, J. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: _____. *Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 496-533. Texto original de 1957.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise (1959–1960)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LACAN, J. *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. 2. ed. Tradução de M. D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. Seminário original de 1964.

LACAN, J. *O seminário sobre a carta roubada*. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 11–60. Seminário original de 1956.

LACAN, J. A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 591–648. Texto original de 1958.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). Key migration terms. [s.d.]. Disponível em: <https://www.iom.int/key-migration-terms>. Acesso em: 27 jun. 2025.

QUINET, A. *Os outros em Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

SAFATLE, V. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SAFATLE, V. *Estado suicidário, fascismo e problemas no uso político do conceito de pulsão de morte*. In D. Teperman, T. Garrafa & V. Iaconelli (Orgs.), *Tempo*, Autêntica Editora p. 137-154, 2021. (Trabalho original publicado em 2018)

SETTON, M. G. J. *A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea*. *Revista brasileira de Educação*, p. 60-70, 2002. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000200005>

VICENZI, M. *A construção da noção de si mesmo na psicanálise*. São Paulo: Escala, 2009.